



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidentência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Chefes de Gabinete,  
Secretário-Geral da PGR  
Diretores Regionais e equiparados  
Inspetores Regionais

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência  
Circular/DROAP/2020/8

Data  
2020-01-27

**ASSUNTO: FALTAS POR FALECIMENTO DE FAMILIAR**

Considerando que, por força do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 134.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20-06, na redação atual, são consideradas faltas justificadas as motivadas por falecimento do cônjuge, parentes ou afins;

Considerando as dúvidas suscitadas por vários serviços e organismos da administração regional sobre a questão de saber como deve contar-se o período de faltas por falecimento de familiar;

Sendo certo que a posição que tem vindo a ser assumida por esta Direção Regional sobre a matéria, no sentido de que as faltas por falecimento de familiar contam-se por dias seguidos de calendário, e não por dias úteis, tem enquadramento na letra da lei, a qual não foi objeto de qualquer alteração, mas que subsiste o intuito de uniformizar procedimentos na interpretação e aplicação da lei no sentido em que se revelem mais favoráveis aos trabalhadores;

Considerando o entendimento perfilhado sobre a matéria, a nível da administração central, obtida a homologação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, esclareço o seguinte:

Os trabalhadores da administração pública regional abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

20-06, na redação atual, têm direito a faltar justificadamente, por motivo de falecimento de familiar, por um período de dois ou cinco dias, consoante o grau de parentesco, contados apenas em dias em que o trabalhador está obrigado ao cumprimento do seu período normal de trabalho diário, devendo os dias de falta ser usufruídos de modo consecutivo.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos